

REQUERIMENTO Nº /2021
(Requerimento de Redistribuição)
(Do Senhor Dep Otto Alencar Filho)

Apresentação: 10/08/2021 16:48 - Mesa

REQ n.1631/2021

Requer a redistribuição do Projeto de Lei nº 939, de 2021 para análise de mérito pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 41, inciso XX, combinados com os art. 139, II, alínea 'a', juntamente com o caput do artigo 140 e as alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do inciso VI do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho ao Projeto de Lei Nº 939, de 2021, de autoria do senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), que "altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que estabelece normas de regulação do setor farmacêutico, para suspender o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2021", para que possua análise do mérito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).



JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Lei em questão tem por objetivo suspender o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2021, considerando ineficaz o direito de ressarcimento aos reajustes já concedidos nos meses anteriores à aprovação do projeto.

O reajuste de medicamentos é regulado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), e ocorre de forma anual. O reajuste anual dos preços de medicamentos é formado pelo modelo de regulação por teto de preços (price cap).

Esse modelo prevê a aplicação de um índice geral de preços, um fator de produtividade (X) e dois fatores de ajustes de preços, um entre setores (Y) e o outro intrassetorial (Z). A elaboração desse índice é complexa, e leva em consideração diversos dados como: variação percentual no preço de medicamentos, índice de preços ao consumidor, o fator de produtividade repassado ao consumidor, fator de ajuste de preços entre o setor farmacêutico e os demais setores da economia, e o fator de ajuste de preços intrassetor.

A crise causada pela pandemia da Covid-19 provocou uma crise mundial de fornecimento de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) que trouxe efeitos nefastos para o setor farmacêutico, tendo em vista este ser extremamente dependente de insumos importados.

Os preços dos IFAs, que são produzidos essencialmente na China e na Índia, estão sendo impactados pela desvalorização de nossa moeda e com impacto importante nos custos de fretes, que tiveram seus valores majorados ao extremo pela imensa diminuição no tráfego aéreo pelo mundo. As operações de logística, as empresas do setor tiveram de absorver aumentos de 78,5% no frete, e 17% em seguros.

Somente o dólar americano apresentou uma valorização ante ao Real, acumulado em 2020, na casa de 30,70%, alcançando um pico de 43,20% em outubro, antes de uma pequena queda nos dois últimos meses do ano. Queda essa que não se sustentou no início deste ano, pois a pressão cambial continua desvalorizando a nossa moeda.

No Brasil, importantes insumos da indústria farmacêutica também tiveram fortes aumentos de preço em 2020: a resina nacional teve aumentos



acumulados de 56,70% (IPP/IBGE), a resina importada de 39,30% (IPA/FGV); dados da FIESP indicam reajustes de 15,50% nas Caixas de Papelão Ondulado e de 29,50% na celulose.

É sabido que somente para aqueles medicamentos em que as margens de rentabilidade dos produtos é muito pequena, ou mesmo inexistente, é que o setor farmacêutico pratica preços próximos ao teto, portanto o congelamento do preço pode significar risco real de desabastecimento, fato extremamente grave frente ao atual momento em que é atingida a saúde da população brasileira, devido ao avanço da pandemia da Covid-19.

Observe-se ainda que não dar o regular e legal ajuste é, de fato, um congelamento dos preços de um produto, com impactos globais sobre a credibilidade econômica brasileira.

Diante do exposto e das intenções do legislador, entendemos que a proposta traz impactos em relação a assuntos relativos à ordem econômica nacional e a política e atividade industrial e comercial do setor farmacêutico, bem como os impactos do câmbio e a moeda nacional que impacta diretamente na política de importação de medicamentos e nas relações econômicas internacionais do país, objetos que se fazem necessários a análise da CDEICS.

Sala das Comissões, de agosto de 2021.

Deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA)
Presidente da Comissão de Des. Econômico, Indústria, Comércio e
Serviços

